

Resolução 6 ° Congresso Estadual do Partido dos Trabalhadores de Minas Gerais – PTMG.

I - CONJUNTURA INTERNACIONAL

1. A conjuntura política, econômica e social que ora se apresenta em todo o mundo é marcada pela instabilidade. A crise de 2007/2008 partiu das praças financeiras mundiais e logo atingiu os setores produtivos, com forte impacto sobre a classe trabalhadora. A dimensão da crise, tida como a maior crise do capitalismo desde a quebra da Bolsa de Nova York em 1929, foi sendo percebida aos poucos, deixando cada vez mais evidente a relação simbiótica e perigosa entre os capitais produtivo e financeiro. A recuperação da crise nos Estados Unidos (EUA) se deu às custas de muito investimento público para retomar a economia e arcar com prejuízos financeiros privados – mas com impactos públicos reais, especialmente sobre os trabalhadores. O não salvamento do banco Lehman Brothers serviu mais como um alerta midiático de que o governo não arcaria com os prejuízos do capital financeiro, pois ao final imperou a máxima ‘too big to fail’ e o sistema financeiro logo se recuperou.

2. Apesar da recuperação das perdas de ativos financeiros, os impactos sobre a economia real ainda são sentidos, especialmente no que tange ao aumento das desigualdades sociais. Milhares de pessoas perderam seus empregos e passaram a viver em condições precárias nos EUA e na Europa, condição que até então era a realidade de parcelas residuais das populações daqueles países. Desde então, as tensões do neoliberalismo tornaram-se mais evidentes e passaram a ser debatidas abertamente na arena pública. Da mesma forma, as fórmulas e doutrinas presentes nos livros e textos de economia (neoclássica) passaram a ser mais frequentemente questionados, ao passo em que foram retomadas com mais força as teorias do campo keynesiano, que haviam perdido espaço com a condição de unanimidade que o neoliberalismo galgou, especialmente desde o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

3. As apostas de que haveria uma reconfiguração do sistema internacional, com o declínio dos Estados Unidos e a emergência de um mundo cada vez mais multipolar não se concretizaram – pelo menos não na velocidade esperada. Ao chegar na Europa a crise econômica agravou os tensionamentos internos à União Européia, escancarando as desigualdades e preconceitos entre países tidos como mais vulneráveis (Portugal, Espanha, Grécia e Itália) e países com as economias mais pujantes (Alemanha, Reino Unido), com maior poder de decisão na chamada Troika. Aos poucos, o ideal de construção de um bloco econômico com aproximações políticas e sociais mostrou-se frágil, haja vista as cobranças dos países ricos em relação aos mais pobres. Parte das cartilhas impostas pelo FMI ao Terceiro Mundo logo foi cobrada da Espanha, Portugal, e especialmente da Grécia, levando à abalos político sociais de grandes proporções naqueles países e à paulatina desconstituição de suas estruturas de bem estar social. Em 2016 o ideário do bloco viria a sofrer outro abalo: a saída do Reino Unido da União Européia, conhecida como *Brexit*.

4. Na América Latina encontra-se em curso a reversão da chamada ‘Onda Rosa’, fenômeno que caracterizou a emergência de governos de esquerda e esquerda/centro em diversos países. Em contraposição à Onda Rosa, países como Honduras, Paraguai, Argentina, Brasil e outros são atualmente governados por setores conservadores, seja

em função de golpes de Estados ou derrotas eleitorais. Governos esses que tem buscado desestruturar as políticas de reconhecimentos e de combate à desigualdade, construídas ao longo da década de 2000. Ao contrário da ‘Onda Rosa’, a chamada ‘Onda Azul’, que caracteriza esse novo alinhamento conservador na região, não possui compromisso com o alinhamento interno da região e fóruns como o Mercosul, a Unasul e a Ceplac não são priorizados, ao passo que se tem buscado cada vez mais reativar ou retomar interlocuções do tipo bilateral, especialmente com EUA e países da Europa.

5. Estratégias multilaterais que ganhavam espaço na década de 2000 e início de 2010, tais como G-20 e blocos como o BRICS, que envolviam as economias periféricas mais pujantes, estão sendo desmobilizadas ou enfraquecidas no Ocidente. No Oriente, por sua vez, países como China, Rússia e Índia têm se movimentado a fim de formar coalizões regionais e se fortalecer diante de investidas e reações políticas e econômicas ocidentais.

6. A passagem da primeira para a segunda década do século XX foi também marcada por diversas convulsões sociais e pela emergência do que se tem chamado de novos movimentos sociais. Caracterizados por organizações pouco rígidas e verticalizadas, pela espontaneidade das ações, pela multiplicidade de pautas e por inovações nas estéticas de luta, tais movimentos foram os protagonistas públicos das revoltas que levaram à desestabilização de governos em todo o mundo - no Egito, na Líbia, na Turquia, na Síria e também no Brasil. O apelo coletivo e público que tais movimentos têm causado contrasta com a opacidade de suas redes de relação, uma vez que a atuação de muitos desses movimentos converge com fortes interesses políticos e econômicos no sentido de depor e/ou enfraquecer governos que tenham atuação mais soberana.

7. A eleição de Donald Trump nos EUA em 2016 é emblemática dos tempos contemporâneos. Ao mesmo tempo em que sua plataforma de campanha carregava fortes elementos morais e concepções sociais conservadoras – racistas, xenófobas, machistas, homofóbicas, etc –, o apelo socioeconômico protagonizado por Trump convenceu o eleitorado. Eleitores que oito anos antes haviam dado seu voto de confiança em Barack Obama, na busca de melhorias nas condições de vida e viram suas expectativas frustradas, decidiram por apoiar o discurso de Trump.

8. Esse complexo cenário internacional e suas partes e repercussões nacionais possui semelhanças com os anos de 1930 e merecem destaque e especial atenção das esquerdas mundiais. O fortalecimento do nacionalismo após uma crise econômica de grandes proporções provocou à época experiências fascistas na Espanha, na Itália, na Alemanha e fenômenos reacionários em diversos países, inclusive onde a esquerda e mesmo os partidos comunistas tinham forte presença. O crescimento de discursos nacionalistas entre os países centrais é um fenômeno novo, conflitante com as doutrinas das estruturas ‘reguladoras’ construídas desde o fim da II Guerra Mundial (ONU, FMI, etc), e desafiador para as esquerdas, especialmente dos países periféricos. Soma-se a esse rol de desafios a primazia do individualismo – que tanto floresceu com o neoliberalismo – que dificulta a organização das esquerdas e a percepção política das desigualdades mundiais.

II - CENÁRIO NACIONAL

9. A escalada da intolerância turva hoje o cenário político, social e cultural brasileiro. Estimulada pela ação irresponsável do candidato derrotado nas eleições presidenciais de 2014, a intolerância amplificou-se em uma sistemática e feroz campanha midiática desencadeada pelos grandes monopólios e oligopólios de comunicação contra o Governo da Presidenta Dilma e o PT, comprometendo o debate democrático de idéias com o mantra da corrupção, nocauteando o Estado de Direito e contaminando a própria economia.

10. O golpe impetrado contra o mandato da Presidenta Dilma é a face trágica desse processo. Ao arripio da Lei e da Constituição, a Presidenta foi afastada, assumindo o vice Michael Temer, cujo plano de ações é antítese cabal do programa de governo escolhido pelos brasileiros em 2014. Além de cassar os votos de milhões de eleitores, o governo ilegítimo escudou-se em um ministério de próceres denunciados por corrupção e a sua sobrevivência só se explica pelo apoio e manipulação dos grandes grupos midiáticos e pela parcialidade de setores do judiciário, do Ministério Público e da Polícia Federal.

11. Manipulação e parcialidade criminosas cujo objetivo maior é atribuir ao Partido dos Trabalhadores a responsabilidade única pelo modelo de financiamento das campanhas eleitorais e por qualquer mal-feito, escondendo que foram os governos Lula e Dilma os que mais avançaram em políticas efetivas de combate à corrupção, como comprovam a lei da transparência, os investimentos nos órgãos de controle, fiscalização e investigação e a prática republicana no relacionamento com os demais poderes.

12. A derrocada da economia é outra face do cenário cruel no qual o Brasil foi lançado. Sob outro mantra, o da retomada do crescimento econômico, o governo ilegítimo procurou justificar o assalto ao poder, mas o que hoje se colhe é o desastre, sobretudo para os trabalhadores, com o desemprego alcançando patamares nunca vistos e vitimando mais de 14 milhões de brasileiros. Apesar dos esforços ufanistas da grande mídia, não há sinais confiáveis de retomada do crescimento e assim o espectro da pobreza, da miséria e da fome voltou a ameaçar as famílias e lares brasileiros.

13. Comprometido até a medula com os interesses do mercado, dos grandes grupos econômicos e dos bancos, o governo Temer quer que os trabalhadores paguem a conta da crise econômica. Desde o seu primeiro dia de governo ilegítimo, todos os atos, medidas e projetos apontam nessa direção, a exemplo da redução criminosa dos programas sociais, do corte dos investimentos em infraestrutura, saúde e educação, da reforma da Previdência Social, da terceirização e da reforma trabalhista.

14. Mas a histórica e vitoriosa greve geral do dia 28 de abril de 2017 demonstrou que os trabalhadores e o povo brasileiro estão em luta e não aceitarão pagar por uma crise que não criaram. Apesar da manipulação de informações pela grande mídia, da repressão policial e das tentativas de criminalização dos movimentos populares, as centrais sindicais, os sindicatos e movimentos sociais se uniram em uma poderosa frente em defesa de seus direitos e contra as medidas de um governo ilegítimo que coleciona os maiores índices de impopularidade da História do Brasil.

15. Os trabalhadores e o povo reconhecem também o enorme legado do Governo Lula, cujos avanços propiciaram ao País um longo e virtuoso ciclo de desenvolvimento econômico e social, retirando da pobreza e da miséria milhões de brasileiros. Embora perseguido cruelmente, dia e noite, pelos justiceiros da toga, em conluio com delegados e os oligopólios de mídia, o Presidente Lula lidera todos os cenários eleitorais para a disputa em 2018, pois afinal, como ensina o sábio ditado popular, a mentira tem mesmo perna curta.

16. Pólo de resistência às políticas de penalização do povo e de desmonte do Estado, o Governo Pimentel tem enfrentado com firmeza as consequências da herança maldita legada pelos governos tucanos, elegendo a participação popular nos territórios para inverter prioridades e encarar os efeitos da crise econômica em Minas Gerais. Exatamente por isso, o Governador é também alvo dos derrotados em 2014 que tentam, por meio da judicialização e criminalização da política, cassar o voto de milhões de mineiros.

17. A crise econômica tem solução, desde que não seja a ditada pelas ordens do mercado e dos bancos e aplicada cegamente pelo governo ilegítimo, de concentração ainda maior de renda e riqueza. Para tanto, basta que os programas sociais, de distribuição de renda e de gastos públicos em saúde, educação e obras sejam vistos como o que verdadeiramente são: investimentos, não despesas. Como ensinou o Governo Lula, o povo tem de ocupar papel de destaque no centro do orçamento do Estado e isso, por si só, já é meio caminho andando para o fortalecimento do mercado interno e a retomada da economia.

18. A crise política também tem solução, desde que não sejam as ditadas pelos justiceiros da toga e pelos grandes grupos de comunicação, que só estimulam a intolerância, a cultura do ódio e as perseguições. Para tanto, é preciso repactuar democraticamente novas regras de funcionamento do sistema político, a começar pela reforma eleitoral e o financiamento das campanhas. Mais do que isso, é preciso também repactuar republicanamente pesos e contrapesos nas relações entre os poderes, enfrentando com firmeza a ditadura da toga e a judicialização da política.

19. Tanto por sua trajetória nas lutas sindicais, sociais e populares quanto pela sua experiência nos parlamentos e governos municipais, estaduais e federal, o Partido dos Trabalhadores é força política fundamental para a superação da profunda crise vivida pelo País. Apesar das perseguições e ataques judiciais e midiáticos, o processo participativo de renovação das suas direções rumo ao 6º Congresso Nacional revela não só a capacidade de resistência, mas, sobretudo, a força do projeto de construção de um País mais justo, democrático, igualitário, inclusivo e soberano.

III - BALANÇO DOS GOVERNOS PETISTAS

20. O projeto transformador e vitorioso do Partido dos Trabalhadores chegou ao Governo Federal 22 anos após a criação do partido. Nessas duas décadas de existência, o PT já havia conquistado espaço nas Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas, Congresso Nacional, prefeituras e governos de Estado. Aos poucos, construímos os modos petistas de legislar e governar, que foram base para a experiência nacional. No legislativo, em especial no Congresso Nacional, o PT aprendeu a fazer oposição ao

modelo neoliberal implementado desde o governo Collor e levou para a agenda nacional temas como participação social, trabalho, assistência social e defesa da soberania nacional. As experiências no executivo, dentre as quais Belo Horizonte, merece destaque, pois inovaram nas políticas públicas e na forma de dialogar e interagir com a população.

21. Importante ressaltar que o conteúdo e a forma sempre foram aspectos muito interligados na proposta petista. Isto é, o PT nasceu não apenas para colocar novos temas na agenda nacional, para reduzir a pobreza, acabar com a fome e promover o desenvolvimento nacional, pois a sua essência, como um partido de trabalhadores, sempre foi mudar também a forma de fazer política. Democratizar os espaços de formulação e decisão pública, politizar a sociedade a partir dos movimentos sociais organizados. E os governos petistas se aventuraram nesse desafio, com graus variados de êxito.

22. Com relação ao conteúdo das políticas públicas, a experiência do PT no Governo Federal foi bastante exitosa. Em todas as áreas, construímos ações e programas com resultados positivos no sentido de reduzir as desigualdades, desenvolver e ampliar a produção de conteúdo nacional e promover a autonomia das populações mais vulneráveis. Alcançamos resultados que muitos não achavam ser possíveis em tão pouco tempo; mudanças de cunho estrutural em nossa sociedade com resquícios tão marcados da escravidão.

23. Ao longo dos anos, contudo, foram-se evidenciados limites na atualização e inovação das políticas públicas. Os programas de governo apresentados em 2010 e em 2014 pouco tinham a acrescentar àqueles dos anos anteriores. Das exceções dos anos da Presidenta Dilma destacam-se, por exemplo, o Programa Mais Médico e a efetivação da Comissão da Verdade - experiências que surgiram como novidade em relação aos anos Lula e que se valeram de muita coragem e firmeza para enfrentar a oposição que causaram.

24. Tivemos dificuldades ainda na integração e articulação de políticas – articulação essa que é muito desafiadora, até mesmo por conta da estrutura pouco acolhedora do Estado ao enfrentamento das desigualdades. A construção do Cadastro Único (CadÚnico) foi uma de nossas maiores contribuições nesse sentido, sendo inclusive modelo para políticas em diversos países. Administrado pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o CadÚnico era preenchido pelas prefeituras – portanto, articulava as distintas esferas de governo – e tornou-se base para todos os programas do sistema de proteção social do Brasil. O Programa Brasil Sem Miséria, prioritário no primeiro Governo da Presidenta Dilma, fez uso minucioso do CadÚnico e articulou programas como o Bolsa Família, o PAA, o PNAE, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e outros na busca ativa para que o Estado brasileiro chegasse nas populações mais vulneráveis e desassistidas. Mas, de fato, foram poucas as experiências que conseguiram avançar para esta integração.

25. Em relação à forma de fazer política, nossa maior inovação foi a construção do sistema de participação social, com a realização das conferências nacionais temáticas e a implementação de conselhos de políticas públicas, que envolviam as três esferas de governo e tinham o poder de repercutir localmente decisões e debates nacionais. Mais uma vez, nossa política foi modelo para diversos países do mundo e de fato trouxe

resultados expressivos na forma do Estado dialogar com a sociedade. Entretanto, diante do massacre midiático sobre os governos petistas, nossa política de participação e discussão política foi-se mostrando insuficiente. Toda nossa construção se dava com a sociedade civil organizada – em sinergia com a própria história de lutas que culminou na criação do PT. Mas setores expressivos de nossa população não passavam pela caminhada das conferências e dos conselhos. A maioria do povo, sequer sabia da existência desse esforço de participação. Desafio esse que poderia ter sido melhor tratado se nossas prefeituras (do PT, PC do B e partidos do campo democrático popular) tivessem dado a devida importância ao tema.

IV. O GOVERNO DO PT EM MINAS GERAIS

26. A histórica vitória liderada pelo Partido dos Trabalhadores em Minas Gerais trazia em si grandes significados: não se tratava apenas da primeira vitória do PT em Minas em seu 34º ano de trajetória, mas representava ao mesmo tempo expressiva aprovação ao modo petista de governar o Brasil, bem como grandes esperanças de mudança para o Estado, sintetizado no lema “fazer em Minas o que fizemos no Brasil”.

27. Dentre as várias razões para a mudança política em Minas, algumas se destacam: A) Êxito extraordinário das políticas sociais implementadas nos Governos Lula/Dilma em Minas, com a geração de mais de dois milhões de empregos formais e taxa de desemprego em 4,3%; aumento real na renda, especialmente com o salário mínimo, o que beneficiou diretamente mais de cinco milhões de mineiros; geração de oportunidades para milhares de jovens mineiros adentrarem as portas do ensino superior público e/ou privado; as políticas de transferência de renda, como o BPC e o Programa Bolsa Família. B) As fragilidades políticas do projeto neoliberal mineiro marcado pelo autoritarismo e desprezo na relação com adversários políticos, movimentos sociais (sempre visto como caso de polícia); a distância física e política de Minas e dos mineiros (até porque como é sabido, nosso maior adversário vive na Capital fluminense). C) A explosão da dívida pública de Minas com a União, mostrando cabalmente que a criação de slogans fiscais é incapaz de resolver os graves e grandes problemas fiscais dos mineiros.

28. Por sua vez, do ponto de vista político, destacam-se três fatores: A) a campanha de Patrus Ananias à Prefeitura de BH em 2012, com unidade partidária, forte presença da militância petista e de movimentos sociais à esquerda não organizados no PT, especialmente na área cultural. B) A unidade política entre os diversos segmentos que compõem o Diretório Estadual do PT-MG. C) a consequente polarização política, de programa, de alianças e compromissos sociais entre o campo popular e as forças golpistas e do atraso lideradas pelo candidato derrotado nas eleições presidenciais de 2014.

29. Como “Herança maldita”, o Governador Pimentel recebeu um Estado com grandes e graves distúrbios. Do ponto de vista econômico, a explosão da dívida pública mineira que saltou de R\$ 34,7 bilhões em 2002 para R\$ 90,06 bilhões em 2014, colocando por terra o discurso de bom gestor e do marketing do tal “choque de gestão”. O crescimento das despesas com pessoal atingiu em 2010, segundo a Fundação João Pinheiro, 48,6%, ou seja, acima do limite definido pela Lei 101/2000, de 46,55% da receita corrente líquida, e recuando para 38,55% ao final de 2011 (esse fato é gravíssimo, pois revela

uma grande maquiagem contábil. Como é possível a despesa com pessoal cair dez pontos percentuais em um ano?), alcançando 43,49% em 2014. Novas despesas adicionais na área previdenciária decorrente da declaração de inconstitucionalidade da chamada lei 100 (que deu estabilidade a quase cem mil servidores não concursados na área da Educação). Além da forte queda na arrecadação, especialmente do ICMS que responde por 77% da receita corrente líquida.

30. A criação os Fóruns Regionais de participação, rompendo com a cultura autoritária e distante da gestão neoliberal, foi um grande acerto do Governo Pimentel. É notável também uma melhora no diálogo e interlocução com o funcionalismo público, especialmente na área da Educação e Saúde. Por fim, duas conquistas históricas: o acordo celebrado entre o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de MG (SindUTE) e o Governo do Estado para garantir o pagamento integral do piso nacional do magistério em Minas e a desapropriação de três áreas emblemáticas para fins de reforma agrária, como a fazenda Nova Alegria, em Felisburgo, no Vale do Jequitinhonha.

31. O golpe jurídico/midiático/parlamentar/financista que culminou com a derrubada da Presidenta eleita, Dilma Rousseff em 2016, com sua agenda privatista, antipopular e entreguista tem provocado grandes e graves distúrbios sociais, políticos, econômicos e humanitários nos Estados brasileiros. Com o golpe, o povo brasileiro tornou-se espectador de verdadeiros shows de horrores, como a carnificina e mortandade sem tamanho em presídios nas regiões Norte e Nordeste; as greves das Polícias Civil e Militar do Espírito Santo, com centenas de mortes, fechamento de comércios e escolas; a dramática renegociação das dívidas públicas dos Estados, especialmente Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul. Com isso, fica claro para todo o Brasil o que o governo ilegítimo e golpista deseja promover nos Estados: arrocho fiscal, congelamento de salários e concursos, privatização na bacia das almas de valiosos ativos - as empresas estatais de água e energia elétrica.

32. Em Minas, o Governo democrático/popular de Fernando Pimentel enfrentará no horizonte importantes desafios de natureza econômico/administrativo e político/jurídico. No front econômico/administrativo, a grave crise político/econômica brasileira que completa três anos seguidos de recessão, continuará pressionando sensivelmente as finanças públicas mineiras, num contexto de queda acentuada de arrecadação, de elevação de gastos com pessoal e de aumento da dívida pública mineira (interna e externa) para R\$ 100,76 bilhões.

33. Mas a maior ameaça no momento ao mandato democrático/popular mineiro vem novamente das altas cortes do Judiciário com os desdobramentos operação jurídico/policial Acrônimo. Essa operação é marcada por arbitrariedades, como a usurpação de competências para investigar um governador eleito no pleno gozo dos seus direitos políticos e com as prerrogativas oferecidas por lei, com a única finalidade de gerar instabilidade política, criando as condições políticas para a tentativa de restauração das forças derrotadas democraticamente em 2014. Embora a recente decisão do STF possa ser considerada uma vitória do Governo, já que impede o afastamento imediato do governador, ela proporciona, por um lado, instrumentos para os golpistas continuarem sua sanha de ataques e tentativa de desestabilização e, por outro, fragiliza ainda mais o federalismo brasileiro, ao alijar os poderes legislativos estaduais da decisão sobre o destino do chefe do Executivo. Procura-se, pelo inverso, fazer em Minas o que se fez no Brasil, tendo como objetivos o assalto aos cofres públicos, a

privatização de empresas estatais, como CEMIG e Copasa, e o arrocho salarial e previdenciário.

34. Neste cenário adverso, destaca-se a proposta do governador do “Encontro de contas” entre o Estado e a União que tem cobrado, e com razão, o ressarcimento de R\$ 135 bilhões devidos a Minas Gerais pelo governo federal, segundo decisão recente do STF determinando a compensação financeira aos Estados exportadores pelas perdas com as desonerações de ICMS da Lei Kandir, de 1997. Com o “Encontro de contas”, nosso Estado se tornará credor junto à União de cerca de R\$ 50 bilhões.

IV. ESTRATÉGIA E PROGRAMA

35. Qual é a natureza do golpe que se abateu sobre o Brasil, de modo especial, sobre nosso Partido que liderou esse período de grandes mudanças e transformações sociais? Trata-se de um recuo tático? Estratégico? Quais ensinamentos que ele nos traz para o próximo período? O Partido está reaprendendo a fazer política na oposição, utilizando recursos agora mais escassos, mas potencializando o enorme aprendizado que teve sobre o funcionamento da máquina pública e uma sociedade transformada.

35. A resistência, a denúncia e oposição vigorosa ao golpe, e sua perversa agenda de retrocessos civilizacionais, por meio de reformas econômicas, sociais e políticas, devem ser a base de nossa atuação, aliada à defesa de nosso legado. Estamos perdendo a narrativa sobre o que ocorreu no Brasil nos últimos 13 anos e programas como Luz pra Todos, Minha Casa Minha Vida, Pronaf, PAA, PNAE, ProUni e tantos outros estão sendo desconstruídos e apagados da memória coletiva do país.

36. A sociedade brasileira é hoje mais diversa e mais plural, o que traz desafios para nossa atuação. Por um lado, temos segmentos que não estão dispostos a perder direitos e conquistas, especialmente entre a juventude; por outro, a influência da mídia tem se mostrado avassaladora na desconstrução de tudo que fizemos, somado ao fato de que as esquerdas têm perdido a referência entre a classe trabalhadora.

37. Nosso desafio está na elaboração de uma estratégia de construção política ousada e atual, tanto no conteúdo quanto na forma. Atual não no sentido de ser necessariamente distinta daquela que apresentamos nos primeiros anos de vida do PT - afinal, defendemos que o Partido não precisa ser refundado, pois seus fundamentos e princípios seguem válidos e *atuais*. Mas, sem dúvida, é preciso incorporar novas questões, tendo em vista os novos sujeitos e a conjuntura mundial. É preciso, portanto, construir um programa transformador, imbuído do sentimento de esperança e oportunidades, mas que dialogue de fato com a população. E essa não é uma tarefa fácil, haja vista que tem crescido o apoio a pautas moralistas e conservadoras em nossa sociedade, inclusive entre os pobres. Ou seja, nosso desafio envolve a construção de um projeto progressista e transformador com o povo, sem nos levar ao gueto que tanto atrai setores da esquerda.

38. Um projeto efetivamente transformador precisa dar conta de questões que partem de nossas realidades locais, mas também de questões nacionais e mesmo do sistema internacional. Isto é, propomos seguir mudando a política e a realidade brasileira e para tanto é urgente retomarmos nossa presença nos municípios, nos bairros, nas ruas, mas sem perder de vista o plano mundial, tendo como bandeira fundamental a defesa da

soberania nacional. Afinal, boa parte das decisões que afetam nossas vidas não é tomada nas Câmaras de Vereadores, mas no Congresso Nacional, nos organismos e fóruns internacionais, como o encontro de Davos.

39. Uma questão de fundo que se apresenta diz respeito ao nosso diálogo com a burguesia brasileira. A magnitude do golpe e os interesses entreguistas que o motivaram nos fazem questionar até mesmo se há uma burguesia nacional em nosso país. Como sabemos, esse debate não é novidade, é um velho dilema que os partidos comunistas, dentre eles o PCB, encontram em seus países. Mais do que nunca, a associação dos capitais, financeiro e produtivo, coloca travas ao projeto nacional que a burguesia eventualmente pudesse ter. E caso ela tenha, há pontos convergentes aos nossos? A questão, afinal, é: vamos insistir na retomada da aliança com setores do empresariado nacional? Ou vamos construir um projeto de esquerda e lutar por hegemonizá-lo entre a sociedade? Qual a viabilidade desta construção de hegemonia com a pressão jurídica e midiática sobre o PT e os movimentos sociais?

40. As lutas que o povo vem travando em diversas frentes pela manutenção de suas conquistas dos últimos 13 anos têm avançado muito. O sucesso da Greve Geral do dia 28 de março demonstrou que estamos acumulando força para um enfrentamento em volume que os golpistas não esperavam. Confiantes na generosidade do povo brasileiro e na mobilização popular, nós defendemos - assim como centenas de organizações sociais - a constituição de um programa mínimo para o resgate do Brasil e que passa por:

- Participar e apoiar a "Ocupação de Brasília", anunciada pelas centrais, para impedir a destruição dos direitos e empregos. Vamos todos nos manter em estado de mobilização permanente, dispostos a atender ao novo chamado da CUT e das centrais à uma Greve Geral, em um patamar superior ao de 28 de abril, para derrotar as contra-reformas.

- Defender Lula e o PT e exigir liberdade para os nossos presos, pois o Partido, como instrumento construído pelos trabalhadores para sua emancipação, se encontra ameaçado. Afinal, a 'República de Curitiba' mantém dirigentes do PT presos há mais de um ano, alguns sequer condenados, no "regime de exceção" que se instalou no país e o seu objetivo persecutório inclui criminalizar e condenar o companheiro Lula. Trata-se de um grave erro admitir a punição de petistas "culpados" por delatores manipulados por procuradores, juízes e policiais, quando os presos sabidamente não têm liberdade para se defender. Na verdade, o PT deve exigir a liberdade para os seus presos políticos, Zé Dirceu, Vaccari e Palocci.

- Lutar pela antecipação das eleições (Diretas Já), Lula Presidente a convocação de uma *Constituinte*. Na luta pelo Fora Temer, combatendo cada uma das medidas dos golpistas, o PT deve apresentar um "Programa Alternativo de Emergência" para tirar o país da crise que começa pela retirada do Congresso das reformas da Previdência e trabalhista, a revogação da lei de terceirização, da PEC de congelamento dos gastos e da PEC que quebrou o marco regulatório do Pré-Sal.

- Essa plataforma inclui medidas que contemplem demandas imediatas de emprego - com um Fundo Nacional de Emprego e Desenvolvimento financiado pelas reservas acumuladas -, investimentos em educação, saúde, moradia, cultura, reforma agrária para os acampados, retomada da titulação das terras dos quilombos e demarcação das terras

indígenas, desmilitarização das polícias, recuperação dos bancos públicos e das estatais com recursos do imposto das grandes fortunas, tributação de lucros e dividendos e imposto territorial rural progressivo.

- Promover alianças conseqüentes, considerando que a política de alianças para a reconquista do governo deve ser compatível com esses objetivos. Aponta para um governo encabeçado pelo PT, Lula Presidente, com partidos e correntes de caráter "antiimperialista, anti-monopolista e anti-latifundiário" - PCdoB e PSOL, além de setores populares do PDT, PSB e outros. O que não deve ser confundido com as frentes de mobilização necessárias, como a Frente Brasil Popular, e menos ainda com os acordos táticos pontuais mais amplos.

V - ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO PT

41. Nós, que lutamos pela volta do PT para a militância e, no limite dos debates da pauta deste 6º Congresso, propomos:

A – Tomar posição pela volta dos Encontros de delegados anuais deliberativos, com direções eleitas a cada dois anos nestes Encontros;

B – Orientar a re-filiação obrigatória também a cada dois anos, colocando as finanças individuais em dia e permitindo ao filiado que paga controlar o seu partido; a partir daí e livre de contribuições empresariais, adotaremos mecanismos de gestão compartilhada nas instâncias de direção;

C – Publicar regularmente um Jornal do PT, nacional, a ser recebido por todo filiado em dia, em relação a um sistema de comunicação que integre todos os outros meios (rádio e TV por internet, mídias sociais etc.);

D – Poder deliberativos aos núcleos de base, com o respeito da soberania democrática de delegações de mandato interno, que podem ser complementadas por consultas por internet aos filiados;

E – Retomar as reuniões inter-núcleos e ativar as Setoriais.

F – Fim do PED.

42. Reafirmamos nosso compromisso com um Partido mais organizado e presente nas lutas do povo; com o funcionamento pleno de suas instâncias e de sua democracia interna; com a necessária sintonia de ação do Partido, de seus parlamentares, militantes sociais e governantes.

43. Por essas razões, entendemos ser fundamental uma forte e sólida unidade no Partido. Uma unidade que tem como base a defesa do nosso projeto na sociedade; o aprimoramento de nossa ação governamental na implantação de políticas públicas universais e inclusivas e no enfrentamento da crise financeira; a construção de melhor relação com os movimentos sociais; e a retomada política e organizativa do Partido em Minas para darmos conta dos desafios exigidos pela conjuntura atual.

44. Afinal, buscar a unidade não significa abrir mão do debate interno e das diferenças que tornam o PT plural e forte. Buscamos uma unidade de ação mais efetiva no Partido para fortalecer nossa trincheira contra o Golpe, por Diretas Já e por Lula Presidente, com a reeleição de Fernando Pimentel ao Governo de Minas.